

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS 3º Trimestre de 2024

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Administração Direta



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

MINISTRO DO TRABALHO

LUIZ MARINHO

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

FRANCISCO MACENA DA SILVA

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ROGERIO XAVIER ROCHA

Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos

WELINTON VITOR DOS SANTOS

Coordenadora de Contabilidade

PATRICIA DE MELO COSTA

Elaboração

Tatiane Aguiar de Oliveira

Equipe Setorial Contábil

Crislaine dos Santos Diniz

Débora Ribeiro Martins

Diego Miranda Machado Maia

Francisco Wanderley Menezes da Silva

Nina Lubiane Gomes de Souza

Raimundo Geraldo Ribeiro

Tatiane Aguiar de Oliveira

Thaise Munique Fonseca Mariz de Medeiros

Informações:

Telefone: 2031-6031

Correio eletrônico: cgcc.dafc@mte.gov.br

Sumário

I – CONTEXTO OPERACIONAL.....	5
II – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
BALANÇO PATRIMONIAL.....	9
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	11
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	12

BALANÇO FINANCEIRO.....	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	15
III – NOTAS EXPLICATIVAS	17
BALANÇO PATRIMONIAL.....	19
1 – Caixa Equivalente de Caixa	19
2 – Créditos de Curto e Longo Prazo.....	20
2.1 – Demais Créditos e Valores	20
3 – Imobilizado	22
3.2 Bens Imóveis	24
4 - Intangível.....	26
5 – Contas de Controle.....	26
5.1 - Convênios e Instrumentos Congêneres.....	27
5.2 Contratos em Execução	27
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	30
6.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA.....	30
6.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD.....	30
6.3 Desempenho Financeiro.....	30
6.4 Desempenho Não Financeiro.....	31
6.5 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada	31
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	33
7.1 Conciliação: Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa	33
7.2 Restos a Pagar	33
7.3 Execução Orçamentária.....	36
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	37
8 - Geração Líquida de Caixa	37
8.1. Atividades Operacionais	37
8.2 Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa	37
BALANÇO FINANCEIRO.....	38
9 – Resultado Financeiro.....	38
9.1 Receitas e Despesas Orçamentárias.....	38
9.2 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas.....	38
9.3 Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários	38
11 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE SIGLAS e ABREVIações

BF – Balanço Financeiro
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
BCB - Banco Central do Brasil
CEF – Caixa Econômica Federal
CF – Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGFIN – Coordenação-Geral de Recursos Financeiros
CTU - Conta Única do Tesouro Nacional
DCON – Demonstrações Contábeis
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LOA – Lei orçamentária anual
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ME – Ministério da Economia
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTP – Ministério do Trabalho e Previdência
NBC ASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS – Orçamento Fiscal e Seguridade Social
PCASP – Plano de Contas Aplicada ao Setor Público
RP – Restos a Pagar
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SRFB – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
UG – Unidade Gestora
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

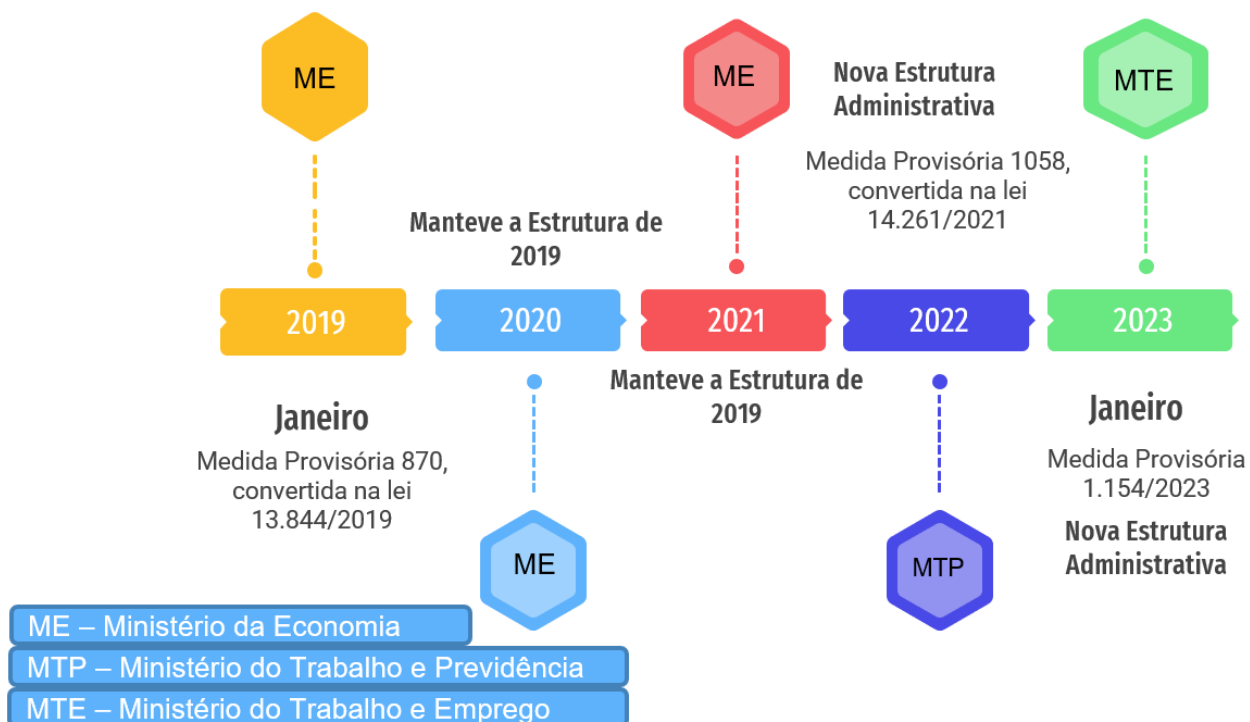
I – CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, inscrito no CNPJ nº 23.612.685/0001-22, localizado no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco F, CEP 70.059-900 é órgão da Administração Pública Direta do Governo Federal.

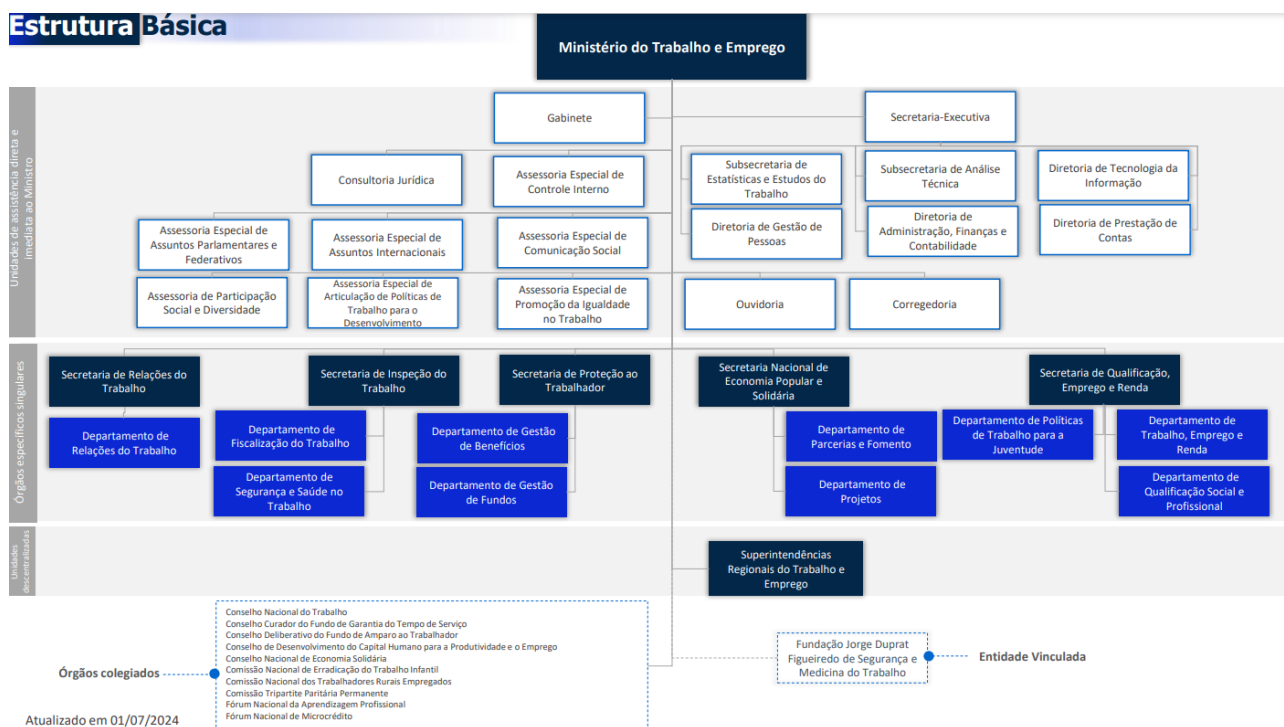
Em janeiro de 2019 o MTE foi incorporado ao Ministério da Economia, a Medida Provisória nº 870 convertida na lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, que trata da estrutura do poder executivo da administração pública federal direta, transformou o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho e Emprego no Ministério da Economia.

Outra Reforma da Organização Administrativa do Governo Federal ocorreu em 27 de julho de 2021. Por meio da Medida Provisória nº 1.058, convertida na lei nº 14.261 de 16 de dezembro de 2021, desmembrou do Ministério da Economia as pastas do Trabalho e da Previdência, criando o Ministério do Trabalho e Previdência.

A Medida Provisória nº 1.154, de janeiro de 2023, convertida na lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023, estabeleceu a nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e seus Ministérios. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi recriado, ocorrendo assim a cisão das pastas Trabalho e Previdência.



A figura abaixo traz a Estrutura Básica do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, regulamentada pelo Decreto nº 11.779/2023.



Fonte: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/ acesso-a-informacao/institucional/organograma>

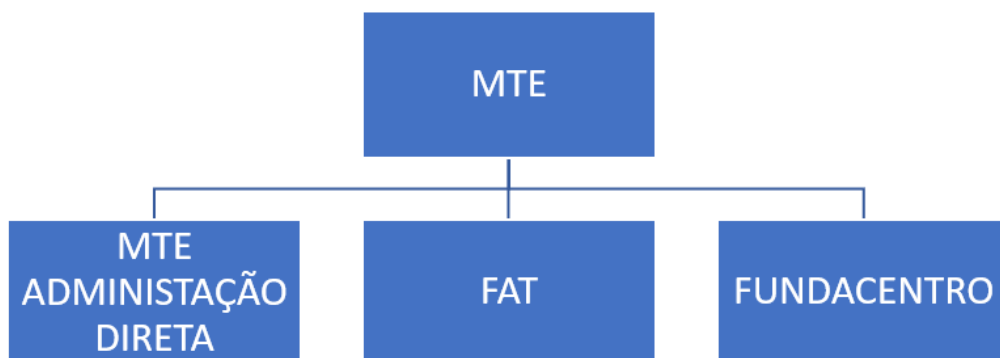
A Lei nº 14.600/2023 definiu, ainda, em seu art. 46, como área de competência do MTE:

- I. Política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador;
- II. Política e diretrizes para a modernização do sistema de relações de trabalho e do sistema sindical;
- III. Fiscalização do trabalho, inclusive dos trabalhos portuário e aquaviário, e aplicação das sanções por descumprimento de normas legais ou coletivas;
- IV. Política salarial;
- V. Intermediação de mão de obra e formação e desenvolvimento profissionais;
- VI. Segurança e saúde no trabalho;
- VII. Economia popular e solidária, cooperativismo e associativismo;
- VIII. Carteira de trabalho, registro e regulação profissionais;
- IX. Registro sindical;
- X. Produção de estatísticas, de estudos e de pesquisas sobre o mundo do trabalho para subsidiar políticas públicas;
- XI. Políticas de aprendizagem e de inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes;
- XII. Políticas de enfrentamento às desigualdades no mundo do trabalho;
- XIII. Políticas direcionadas à relação entre novas tecnologias, inovação e mudanças no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes;
- XIV. Políticas para enfrentamento da informalidade e da precariedade no mundo do trabalho, bem como ações para mitigar a rotatividade do emprego;
- XV. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- XVI. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br>.

Quanto aos demonstrativos contábeis, o Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito da estrutura do sistema federal de contabilidade, atua como setorial de Órgão Superior dos seguintes órgãos vinculados:

- Administração Direta (MTE);
- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); e
- Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Seg. E Medicina do Trabalho (Fundacentro);



Considerando a composição acima, os detalhamentos operacionais relevantes que gerem impactos nas Demonstrações Contábeis do Ministério do Trabalho e Emprego – Órgão Superior estão detalhados nas notas dos órgãos específicos (órgãos subordinados).

A lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2024, teve por base a estrutura administrativa vigente em 2023, os créditos aprovados foram alocados na unidade orçamentária 40101.

Dotação Inicial	Dotação Atual
4.541.965.017	6.090.749.172

Fonte: SIOP - Valores em R\$

Na tabela acima observa-se o aumento de 25,42% da Dotação Inicial para a Dotação Atual.

Ainda no aspecto orçamentário, destacamos abaixo as seis maiores ações orçamentárias que representam quase 90% do total do orçamento do MTE – Administração Direta, vinculada a unidade orçamentária 40101, para o Exercício Financeiro de 2024:

- 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União: Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.
- 00WI - Apoio Financeiro a Trabalhadores e Pescadores Artesanais Residentes em Áreas em Situação de Calamidade Pública no Rio Grande do Sul.
- 20TP - Ativos Civis da União: Ação voltada para Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.
- 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

- 21AZ - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social: Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social.
- 2000 - Administração da Unidade

O quadro a seguir apresenta os valores da **dotação atual** das seis maiores ações orçamentária:

Ação	Dotação Atual	%
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	2.763.768.646	45,38%
00WI - Apoio Financeiro a Trabalhadores e Pescadores Artesanais Residentes em Áreas em Situação de Calamidade Pública no Rio Grande do Sul.	1.220.367.701	20,04%
20TP - Ativos Civis da União	1.079.023.343	17,72%
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	174.181.223	2,86%
21AZ - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social	131.840.456	2,16%
2000 - Administração da Unidade	106.181.058	1,74%
Dotação Total Atual	6.090.749,172	100,00%

Fonte: SIOP, valores em R\$

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/>.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Notas Explicativas.

A seguir são apresentadas as DCON, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

II – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Ativo</i>	<i>Nota</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1</u>	148.938.606	155.528.756
Créditos a Curto Prazo	<u>2</u>	453.058.696	383.980.881
Demais Créditos e Valores	<u>2.1</u>	453.215.053	384.139.409
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo		-156.357	-158.528
Estoques		2.365.526	2.432.344
Total Ativo Circulante		604.362.828	541.941.981
Não circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.324.537	39.146
Créditos a Longo Prazo		3.324.537	39.146
Demais Créditos e Valores		180.615.919	177.328.357
(-) Ajustes para Perdas		-177.291.382	-177.289.212
Imobilizado	<u>3</u>	463.298.386	450.595.356
Intangível	<u>4</u>	109.645.102	102.841.339
Total Ativo não Circulante		576.268.025	553.475.840
Total do Ativo		1.180.630.853	1.095.417.822

<i>Passivo</i>	<i>Nota</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		131.030.099	88.948.780
Fornecedores e Contas a Pagar		41.756.013	4.480.443
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		7.962	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo		-	862.245
Provisões		-	-
Demais Obrigações		59.387.603	35.391.390
Total Passivo Circulante		232.181.677	129.682.859
Não Circulante			
Provisões a Longo Prazo		-	-
Total Passivo Circulante		-	-

Patrimônio Líquido	Nota	30/09/2024	31/12/2023
Demais Reservas		14.536.770	6.660.434
Resultado do Exercício		-14.847.752	367.185.169
Resultados de Exercícios Anteriores		960.409.397	588.874.388
Ajustes de Exercícios Anteriores		-11.649.239	3.014.972
		948.449.176	965.734.963
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.180.630.853	1.095.417.822

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Saldo Patrimonial	30/09/2024	31/12/2023
Ativo		
Financeiro	148.939.001	155.528.756
Permanente	1.031.691.852	939.889.065
	1.180.630.853	1.095.417.822
Passivo		
Financeiro	904.053.074	670.502.051
Permanente	79.469.175	7.126.099
	983.522.249	677.628.150
Saldo Patrimonial	197.108.604	417.789.672

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Ativo	30/09/2024	31/12/2023
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	7.737.962	5.041.867
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	460.000	460.000
Total	8.197.962	5.501.867

Passivo	30/09/2024	31/12/2023
Atos Potenciais Passivos		
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	469.559.256	539.224.299
Obrigações Contratuais	2.058.914.392	1.281.157.947
Total	2.528.473.647	1.820.382.246

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Destinação de Recursos</i>	<i>30/09/2024</i>
Recursos Ordinários	-490.924.358
Recursos Vinculados	-264.189.715
1. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	-245.987.060
2. Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS)	-
3. Dívida Pública	-23.164.333
4. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-
5. Outros Recursos Vinculados	-
6. Fundos, Órgãos e Programas	4.961.678
Total	-755.114.073

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

<i>Variação Patrimonial</i>	<i>Nota</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>
Aumentativa	6.1		
Contribuições		51.896.841	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		66.827.138	123.784
Transferências e Delegações Recebidas		83.303.916.757	162.216.544.483
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		67.509.503	39.252.421
Exploração e Venda de Bens, Serviços e		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		514.411.054	347.679.121
Subtotal		84.004.561.294	162.603.599.810
Diminutiva	6.2		
Pessoal e Encargos		997.394.021	1.927.082.748
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		336.671.560	14.010.274
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital		455.673.235	834.249.816
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		27.887	8.647
Transferências e Delegações Concedidas		82.151.077.390	159.727.857.542
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		26.520.812	11.042.951
Tributárias		87.388	86.133
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		51.956.753	55.842
Subtotal		84.019.409.046	162.514.393.952
Resultado Patrimonial do Período		-14.847.752	89.205.859

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

<i>Receitas Orçamentárias</i>	<i>Previsão Inicial</i>	<i>Previsão Atualizada</i>	<i>Receitas Realizadas</i>	<i>Saldo</i>
Corrente				
Receitas de Contribuições	36.696.219	36.696.219	51.895.469	15.199.250
Receita Patrimonial	-	-	517.519	517.519
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	684.474.772	684.474.772	561.734.035	-122.740.737
	721.170.991	721.170.991	614.147.023	-107.023.968
Capital				
Alienação de Bens	-	-	166.238	166.238
	-	-	166.238	166.238
Subtotal de Receitas	721.170.991	721.170.991	614.147.023	-107.023.968
Défict			1.483.559.489	1.483.559.489
Total	721.170.991	721.170.991	2.097.872.750	1.376.701.759
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	2.433.517.312	-	-
Superávit Financeiro		1.095.115.671		
Excesso de Arrecadação	-	125.252.030	-	-
Créditos Cancelados	-	1.213.149.611	-	-

<i>Despesas Orçamentárias</i>	<i>Dotação Inicial</i>	<i>Dotação Atualizada</i>	<i>Despesas Empenhadas</i>	<i>Despesas Liquidadas</i>	<i>Despesas Pagas</i>	<i>Saldo</i>
Corrente						
Pessoal e Encargos Sociais	3.009.887.498	4.226.846.135	1.113.059.986	904.951.922	827.526.042	3.113.786.149
Outras Despesas Correntes	1.507.286.186	1.836.620.748	970.467.633	847.207.603	804.553.797	866.153.115
	4.517.173.684	6.063.466.883	2.083.527.619	1.752.159.525	1.632.079.840	3.979.939.264
Capital						
Investimentos	22.829.727	25.712.778	14.345.131	6.888.505	6.864.168	11.367.647
	22.829.727	25.712.778	14.345.131	6.888.505	6.864.168	11.367.647
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.961.606	1.961.606	-	-	-	1.961.606
Subtotal das Despesas	4.541.965.017	6.091.141.267	2.097.872.750	1.759.048.031	1.638.944.008	3.993.268.517
Total	4.541.965.017	6.091.141.267	2.097.872.750	1.759.048.031	1.638.944.008	3.993.268.517

RESTOS A PAGAR

<i>RP Não Processado</i>	<i>Nota</i>	<i>Inscritos Ex. Anteriores</i>	<i>Inscritos em 31 de Dezembro do Ex. Anterior</i>	<i>Liquidados</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Despesas Correntes							
Pessoal e Encargos		1.192.919	2.236.132	1.091.500	1.091.500	2.337.551	-
Outras Despesas Correntes		365.477.847	145.479.598	72.907.121	48.388.333	34.637.726	427.931.386
Subtotal		366.670.766	147.715.731	73.998.621	49.479.834	36.975.277	427.931.386
Despesa de Capital							
Investimentos		12.484.946	22.992.031	20.204.744	19.759.225	12.971	15.704.781
Subtotal		12.484.946	22.992.031	20.204.744	19.759.225	12.971	15.704.781
Total	7.2	379.155.712	170.707.762	94.203.365	69.239.058	36.988.249	443.636.167

<i>RP Processado</i>	<i>Inscritos Ex. Anteriores</i>	<i>Inscritos em 31 de Dezembro do Ex. Anterior</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Despesas Correntes					
Pessoal e Encargos Sociais	97.682	108.554.927	108.325.084	629	326.896
Outras Despesas Correntes	-	5.753.165	5.739.104	8.533	5.527
Despesas De Capital					
Investimentos	-	14.450	14.450	-	-
Total	97.682	114.322.542	114.078.639	9.162	332.423

BALANÇO FINANCEIRO

<i>Ingressos</i>	<i>Nota</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>
Receitas Orçamentárias	9.1		
Ordinárias		16.020.316	-
Vinculadas		583.450.810	1.081.308
(-) Deduções da Receita Orçamentária		14.842.135	-33.548
Subtotal		614.313.261	1.047.760
Transferências Financeiras Recebidas	9.2		
Resultantes da Execução Orçamentária		75.438.051.223	128.088.606.963
Independentes da Execução Orçamentária		7.846.140.611	34.082.256.756
Subtotal		83.284.191.834	162.170.863.720
Recebimentos Extraorçamentários	9.3		
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		120.104.023	167.444.102
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		338.824.719	231.172.711
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.338.031	917.170.440
Outros Recebimentos Extraorçamentários		16.103.407	357.566.070
Subtotal		479.370.181	1.673.353.324
Saldo do Exercício Anterior			
Caixa e Equivalentes de Caixa		155.528.756	165.007.161
		155.528.756	165.007.161
Total		84.533.404.032	164.010.271.964

<i>Dispêndios</i>	<i>Nota</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>
Despesas Orçamentárias	9.1		
Ordinárias		969.628.660	2.202.704.042
Vinculadas		1.128.244.090	648.498.251
Subtotal		2.097.872.750	2.851.202.293
Transferências Financeiras Concedidas	9.2		
Resultantes da Execução Orçamentária		73.768.910.320	125.438.899.265
Independentes da Execução Orçamentária		8.326.334.987	34.306.238.371
Subtotal		82.095.245.307	159.745.137.637
Pagamentos Extraorçamentários	9.3		
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		114.078.639	163.068.054
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		69.239.058	96.964.762
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		5.348.909	306.131.644
Outros Pagamentos Extraorçamentários		2.680.763	-
Subtotal		191.347.369	566.164.460
Saldo do Exercício Seguinte			
Caixa e Equivalentes de Caixa		148.938.606	847.767.575
Subtotal		148.938.606	847.767.575
Total	9	84.533.404.032	164.010.271.964

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de Caixa	Nota	30/09/2024	30/09/2023
Das Atividades Operacionais	8.1		
Ingressos			
Receita de Contribuições		51.895.469	-
Remuneração das Disponibilidades		517.519	108.822
Outras Receitas Derivadas e Originárias		561.734.035	-
Transferências Recebidas		-	938.938
Outros Ingressos Operacionais		83.304.200.105	163.445.059.445
Subtotal		83.918.347.128	163.446.107.204
Desembolsos			
Trabalho		-1.294.868.358	-1.694.977.151
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas		433.168	540.785
Demais Despesas		-324.466.081	-709.092.470
Transferências Concedidas		-184.951.372	-298.801.054
Outros Desembolsos Operacionais		-82.103.274.979	-160.051.269.280
Subtotal		-83.907.127.622	-162.753.599.170
Das Atividades de Investimento			
Alienação de Bens		166.238	-
Amortização de Empréstimos e		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Ingressos		166.238	-
Desembolsos			
Aquisição de Ativo Não Circulante		-14.135.040	-8.396.919
Outros Desembolsos de Investimentos		-3.840.854	-1.350.702
Subtotal		-17.975.894	-9.747.621
Total		-6.590.151	682.760.414
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		-6.590.151	682.760.414
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		155.528.756	165.007.161
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		148.938.606	847.767.575

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

<i>Quadro de Transferências</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>
Recebidas	Sub-Repasse Recebido	1.892.950.858	2.371.574.064
	Cota Recebida	73.164.662.138	125.390.896.799
	Demais Transf. e Delegações Recebidas	7.647.210.569,93	326.981.097,91
	Transferências Recebidas para Pgto. de RP	579.368.269	34.081.411.758
Subtotal		83.284.191.834	162.170.863.720
Concedidas	Sub-Repasse Concedido	1.892.950.858	2.371.789.064
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	563.045.865	315.606.392
	Transferências Concedidas para Pgto. de RP	501.444.721	33.969.026.473
	Repasse Concedido	71.819.218.764	123.065.583.632
	Demais Transf. e Delegações Concedidas	7.318.585.099,36	23.132.076,12
Subtotal		82.095.245.307	159.745.137.637
Total		1.188.946.527	2.425.726.083

QUADRO DE DESPESAS EXECUTADAS POR FUNÇÃO

<i>Pessoal e Demais Despesas</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Administração	-13.487.033	-100.562.927	-87%	1%
Assistência Social	-	-20.217	100%	0%
Previdência Social	-5.659.586	-28.941.179	-80%	0%
Trabalho	-1.294.868.358	-1.694.977.151	-24%	80%
Indústria	-	-2.900	100%	0%
Encargos Especiais	-305.319.463	-579.565.246	-47%	19%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	433.168	540.785	-20%	0%
Total	-1.618.901.271	-2.403.528.835	-33%	100%

Fonte: Siafi

III – NOTAS EXPLICATIVAS

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis – Exercício Financeiro de 2024

As Demonstrações Contábeis (DCON) do MTE e suas supervisionadas são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As DCON do Órgão Superior MTE foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis dos órgãos e entidades do MTE, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas reavaliações reconhecidas, ajustes para redução ao valor recuperável de ativos e instrumentos financeiros mensurados com base no valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros registrados até a data do fechamento das demonstrações contábeis em contas de resultado.

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MTE, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

2.1 Moeda funcional

A moeda funcional do Ministério do Trabalho e Emprego, seus órgãos e entidades é o real.

2.2 Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

2.3 Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos apresentam a seguinte divisão:

- I. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. Fornecedores e contas a pagar;
- III. Provisões; e

IV. Demais obrigações.

2.4 Provisões

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e o seu valor pode ser estimado com suficiente segurança.

2.5 Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido é o termo utilizado para se referir à mensuração residual no balanço patrimonial (ativo menos passivo). O patrimônio líquido pode ser positivo ou negativo.

2.3 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a. Patrimonial;
- b. Orçamentário; e
- c. Financeiro.

2.3.1 Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superavit/Déficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

2.3.2 Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

2.3.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL

1 – Caixa Equivalente de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato, sendo composto pelo somatório dos valores do limite de saque da Conta Única da União para atender a despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras do MTE.

<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Caixa	148.045.479	154.700.668	-4%	99%
Bancos	893.126	828.088	8%	1%
Total	148.938.606	155.528.756	-4%	100%

Fonte: Siafi

O caixa é composto pelos recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (Limite de Saque) para pagamento de despesas correntes e de capital.

<i>Caixa</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Limite de Saque	148.045.479	154.700.668	-4%	100%
Total	148.045.479	154.700.668	-4%	100%

Fonte: Siafi

Os bancos são compostos pelos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (CTU) depositados no Banco Central do Brasil (BCB).

<i>Bancos</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Tesouro Nacional	893.126	828.088	8%	100%
Total	893.126	828.088	8%	100%

Fonte: Siafi

Nas tabelas acima, percebe-se que a que o limite de saque equivale a 99,4% do saldo da conta caixa equivalente caixa, em decorrência da liberação de recursos financeiros da Lei Orçamentária de 2024.

Política Contábil

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem a conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

2 – Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto e longo prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

2.1 – Demais Créditos e Valores

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos outros grupos de contas classificados nos créditos a receber realizáveis no curto e longo prazo).

<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Créditos por Dano ao Patrimônio	180.772.276	177.486.885	2%	39,61%
Recursos da União	147.175.398	147.171.096	0%	32,25%
Outros Créditos e Valores	305.883.298	236.809.785	29%	67,02%
Subtotal	633.830.972	561.467.766	13%	138,88%
(-) Ajuste para Perdas	-177.447.739	-177.447.739	0%	-38,88%
Total	456.383.233	384.020.027	19%	100,00%

Fonte: Siafi

Em referência ao quadro acima, cerca de 67% desses valores referem-se aos de outros créditos e valores que, em pouco mais da metade, referem-se a recursos da União, a serem recebidos na conta única do Tesouro Nacional, compostos das devoluções de GRU do Benefício Emergencial. A outra metade, trata de valores de adiantamento de Termo de Execução Descentralizada, que registra os valores relativos ao adiantamento de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por TED, pendentes de prestação de contas.

2.1.1 Créditos por Dano ao Patrimônio

Créditos por Dano ao Patrimônio são valores referentes à TCE instauradas pelo MTE, contra responsáveis pela gestão dos recursos públicos que foram encaminhadas ao TCU e julgados como irregulares, sendo classificados na conta de ativo a curto e longo prazo, conforme Macrofunção 02.11.38 STN. O montante registrado em Contas a Receber está mensurado por seu valor atualizado de realização, através do Sistema de Atualização de Débito disponibilizado no portal do TCU.

<i>Créditos por Dano ao Patrimônio</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Falta ou Irregularidade de Comprovação	179.488.506	176.203.115	2%	99%
Pagamentos Indevidos	-	-	0%	0%
Crédito a Receber por Fraudes em Benefícios	1.132.440	1.132.440	0%	1%
Débito de Terceiros em Prestação de Serviços	-	-	0%	0%
Créditos de Servidor	151.330	151.330	0%	0%
Subtotal	180.772.276	177.486.885	2%	100%
(-) Ajuste para Perdas	-177.447.739	-177.447.739	0%	-98%
Total	3.324.537	39.146	8393%	2%

Fonte: Siafi

A atualização dos valores já contabilizados é realizada uma vez a cada exercício, no mês de dezembro.

Política Contábil

Créditos por Dano ao Patrimônio

São valores referentes à TCE instauradas pelo FAT e MTE - Administração Direta, contra responsáveis pela gestão dos recursos públicos que foram encaminhadas ao TCU e que são passíveis de pagamento ou não, a depender do julgamento das contas.

A Macro função 021138 – Diversos Responsáveis, no item 2.3.9.1 traz que:

"2.3.9.1 – O montante a ser registrado em Contas a Receber deve ser mensurado por seu valor atualizado de realização, de forma a assegurar a fiel demonstração dos fatos contábeis, levando-se em consideração, inclusive, eventuais correções monetárias e juros ou multas incidentes sobre o valor original, de acordo com os normativos legais pertinentes. Dessa forma, no momento da inscrição do débito apurado, deve-se consultar o Sistema de Atualização de Débito disponibilizado no portal do TCU, com fins de se obter o montante atualizado a ser contabilmente registrado. É aconselhável que atualizações dos valores registrados sejam feitas rotineiramente, no mínimo uma vez a cada exercício (preferencialmente no mês de dezembro). "(grifo nosso)"

Nesse sentido, foi registrado, a título de atualização, R\$ 77 milhões até dezembro de 2023 no MTE.

a) (-) Ajuste para Perdas - TCE

A Macrofunção 020342 - Ajustes para Perdas Estimadas, no item 6.1 e 6.2 traz que:

"6.1 - O ajuste de perdas de créditos compreende o ajuste para perdas estimadas como o não recebimento de valores do ativo (créditos tributários, dívida ativa, transferências, clientes, empréstimos concedidos, demais créditos), por inadimplência de terceiros e outras.

6.2 - Para mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, recomenda-se a utilização da metodologia baseada no histórico de recebimentos passados (...)"

Nessa acepção, a metodologia utilizada para o cálculo do Ajuste para Perdas apurados em TCE, se baseou na utilização da média percentual de créditos não recebidos ao longo dos três últimos exercícios:

Cálculo do Percentual de Recebimento (PR): O cálculo do percentual de recebimento dos créditos é efetuado pela divisão dos valores recebidos no exercício em análise pelo saldo dos créditos a receber no mesmo ano.

$PR = (\text{Valores Recebidos} / \text{Saldo dos Créditos a Receber})$

ii) Cálculo do Percentual de Créditos Não Recebidos (PCNR): O percentual de Créditos Não Recebidos é o resultado da subtração de 100 pelo Percentual de Recebimento.

$PCNR = 100 - PR$

iii) Cálculo do Ajuste para Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio:

O Ajuste para Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio é obtido pela aplicação do percentual médio de créditos não recebidos referente aos anos de 2021, 2022 e 2023 sobre o Estoque de Créditos por Dano ao Patrimônio em 2023.

$\text{Ajuste} = ((PCNR\ 2021 + PCNR\ 2022 + PCNR\ 2023) / 3) \times \text{Estoque de Créditos a Receber 2023}$

A atualização dos valores contabilizados é realizada uma vez a cada exercício, no mês de dezembro.

3 – Imobilizado

Política Contábil

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

A depreciação é realizada pelo método das cotas constantes. As vidas úteis e valores residuais utilizados são definidos pela Macrofunção Siafi 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações conforme a seguir:

Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil		
CONTA CONTÁBIL	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
12311.01.01 - APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10%
12311.01.02 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20%
12311.01.03 - EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	15	20%
12311.01.04 - APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	10	10%
12311.01.05 - EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
12311.01.06 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
12311.01.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10%
12311.01.08 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10%
12311.01.09 - MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE ORDINA	10	10%
12311.01.10 - EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	5	10%
12311.01.11 - EQUIPAMENTO E MATERIAIS SIGILOSO E RESERVADOS	10	10%
12311.01.12 - EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	5	10%
12311.01.13 - EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	15	10%
12311.01.14 - EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	30	10%
12311.01.15 - EQUIPAM. PECAS E ACESSORIOS PROTECAO AO VOO	30	10%
12311.01.16 - EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
12311.01.17 - EQUIPAM DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS ESQUADRA (*)	-	-
12311.01.18 - EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
12311.01.19 - EQUIPAMENT DE PROTECAO E VIGILANCIA AMBIENTAL	10	10%
12311.01.20 - MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	10	10%
12311.01.21 - EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10%
12311.01.23 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUCAO CIVIL	20	10%
12311.01.24 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO ELETRONICOS	10	10%
12311.01.25 - MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
12311.01.99 - OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10%
12311.02.01 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
12311.03.01 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
12311.03.02 - MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10%
12311.03.03 - MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
12311.03.04 - UTENSILIOS EM GERAL	10	10%
12311.04.02 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	10%
12311.04.03 - DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
12311.04.04 - INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	10%
12311.04.05 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
12311.04.06 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO (**)	-	-
12311.04.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDATICOS	10	10%
12311.04.99 - OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUN	10	10%
12311.05.01 - VEICULOS EM GERAL	15	10%
12311.05.02 - VEICULOS FERROVIARIOS	30	10%
12311.05.03 - VEICULOS DE TRACAQ MECANICA	15	10%
12311.05.04 - CARROS DE COMBATE	30	10%
12311.05.05 - AERONAVES (*)	-	-
12311.05.06 - EMBARCACOES (*)	-	-
12311.09.00 - ARMAMENTOS	20	15%
12311.10.00 - SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10%
12311.99.04 - ARMAZENS ESTRUTURAIS - COBERTURAS DE LONA	10	10%
12311.99.09 - PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%

(*) Segundo a Macrofunção Siafi 02.03.30, os valores são definidos a critério dos órgãos que possuem tais bens.

(**) Não sofre depreciação

3.1 Bens Móveis

Os bens móveis do MTE estão distribuídos nas Superintendências Regionais e cada Superintendência possui autonomia administrativa. Para o efetivo controle dos estoques de materiais e bens patrimoniais existe a recomendação de utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, o qual encontra-se em fase de implantação no âmbito deste ministério.

Desta forma, nem todos os bens do MTE estão registrados no SIADS e algumas unidades gestoras realizam a depreciação dos bens móveis, utilizando-se de sistemas patrimoniais corporativos internos, pelo método das cotas constantes, com base na tabela de vida útil e de valor residual constante na Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão.

<i>Bens Móveis</i>	<i>Bens de Informática</i>	<i>Veículos</i>	<i>Móveis e Utensílios</i>	<i>Máq, Aparelhos, Equip. e Ferramentas</i>	<i>Mat Cult, Educ e de Comunicação</i>	<i>Demais Bens Móveis</i>	<i>Total</i>
Custo							
Saldo Inicial	117.019.941	67.627.287	50.068.933	15.151.538	3.327.496	1.804.034	254.999.229
Adição	10.689.874	8.023.929	2.576.148	592.458	48.744	-236.646	21.694.508
Baixa	-1.003.574	-1.243.112	-683.434	-130.244	-29.878	-6.527	-3.096.769
Reavaliação	-1.364.147	23.272	-209.140	-361.994	-13.622	-	-1.925.630
Transferência	-3.650.898	-433.777	-201.099	-9.860	-1.300	555.292	-3.741.641
Saldo Final	121.691.195	73.997.599	51.551.408	15.241.899	3.331.440	2.116.154	267.929.696
(-) Depreciação							
Saldo Inicial	-13.669.345	-6.295.190	-7.805.670	-2.506.735	-605.577	-166.202	-31.048.718
Depreciação	-5.926.531	-1.162.596	-2.577.326	-82.019	-44.087	-721	-9.793.280
Baixa	1.289.751	871.133	219.331	434.593	19.274	233	2.834.314
Transferência	-	-	-6.132	-794	-	-748	-7.673
Redução ao valor recup de imobilizado	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	-18.306.125	-6.586.653	10.169.797	-2.154.954	-630.391	-167.438	-38.015.358
Saldo em 31/12/2023	103.350.596	61.332.097	42.263.262	12.644.803	2.721.919	1.637.832	223.950.510
Saldo em 30/09/2024	103.385.070	67.410.946	41.381.612		2.701.049	1.948.716	229.914.338

Fonte: Siafi

Bens de Informática	Móveis e Utensílios	Máq, Aparelhos, Equip e Ferram	Mat Cult, Edu e de Comunicação	Demais Bens Móveis	Total
121.691.195	51.551.408	15.241.899	3.331.440	2.116.154	267.929.696
45,42%	19,24%	5,69%	1,24%	0,79%	100,00%

Fonte: Siafi

Os valores constantes na tabela acima não contêm os ajustes referentes a depreciação/amortização/redução ao valor recuperável.

Cabe destacar que nem todos os bens do MTE estão registrados no SIADS e algumas unidades gestoras realizam a depreciação dos bens móveis, utilizando-se de sistemas patrimoniais não institucionalizados, pelo método das cotas constantes, com base na tabela de vida útil e de valor residual constante na Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão.

3.2 Bens Imóveis

Os bens imóveis do MTE estão distribuídos nas Superintendências Regionais e cada Superintendência possui autonomia administrativa. Para o efetivo controle dos bens existe a recomendação de utilização do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet).

<i>Bens Imóveis</i>	<i>Edifícios</i>	<i>Imóveis Residenciais/Comerciais</i>	<i>Terrenos e Glebas</i>	<i>Demais Bens Imóveis</i>	<i>Total</i>
Custo					
Saldo Inicial	199.355.047	15.716.896	2.977.586	10.655.458	228.704.987
Adição	-	-	-	-	-
Baixa	1.514.080	-	-	-	1.514.080
Reavaliação	5.960.336	-	1.920.000	-	7.880.336
Transferência	-2.457.826	-72.011	-494.743	760.813	-2.263.766
Saldo Final	204.371.638	15.644.885	4.402.843	11.416.271	235.835.637
(-) Depreciação					
Saldo Inicial	-	-	-	-2.060.142	-2.060.142
Depreciação	-	-	-	-509.254	-509.254
Baixa	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	117.807	117.807
Saldo Final	-	-	-	-2.451.589	-2.451.589
Saldo em 31/12/2023	199.355.047	15.716.896	2.977.586	8.595.316	226.644.846
Saldo em 30/09/2024	204.371.638	15.644.885	4.402.843	8.964.682	233.384.048

Fonte: Siafi

<i>Edifícios</i>	<i>Imóveis Residenciais/Comerciais</i>	<i>Terrenos e Glebas</i>	<i>Demais Bens Imóveis</i>	<i>Total</i>
204.371.638	15.644.885	4.402.843	11.416.271	235.835.637
86,66%	6,63%	1,87%	4,84%	100,00%

Fonte: Siafi

Política Contábil

Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014.

Reavaliação

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU);

II. Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e

III. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros.

Ainda de acordo com o referido normativo, os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, caso haja indício, deverá realizar testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção inicial, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis do MTE e suas entidades supervisionadas é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

4 - Intangível

O Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

<i>Intangível</i>	<i>Softwares</i>	<i>Softwares em Fase de Desenvolvimento</i>	<i>Total</i>
Vida Útil Definida			
Saldo Inicial	52.300.537	163.586	52.464.122
Adição	5.653.652	-	5.653.652
Baixa	-	-	-
Transferência	-	-	-
Saldo Final	57.954.188	163.586	58.117.774
Vida Útil Indefinida			
Saldo Inicial	50.377.217	-	50.377.217
Adição	1.150.112	-	1.150.112
Baixa	-	-	-
Transferência	-	-	-
Saldo Final	51.527.328	-	51.527.328
(-) Amortização			
Saldo Inicial	-	-	-
Amortização	-	-	-
Baixa	-	-	-
Transferência	-	-	-
Saldo Final	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	102.677.753	163.586	102.841.339
Saldo em 30/09/2024	109.481.516	163.586	109.645.102

Fonte: Siafi

5 - Contas de Controle

As Contas de Controle são contas com função precípua de controle dos atos potenciais com esta característica, ou seja, o registro de abertura dos controles dos contratos e os convênios e ainda a inscrição de controles por meio de fatos contábeis praticados pelo gestor que podem vir a refletir na gestão do patrimônio público.

<i>Controle</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>
Execução dos Atos Potenciais			
Atos Potenciais Passivos			
Convênios e Instrumentos Congêneres	2.171.577.897	2.186.668.604	99%

Contratos em Execução	2.363.857.600	1.743.675.152	136%
Controle de Responsabilidade P/ Valores, títulos e Bens			
Responsabilidade de Terceiros	565.146	565.146	100%
Responsabilidade com Terceiros	63.184	63.184	100%
Diversos Responsáveis	398.342.551	469.835.230	85%

Fonte: Siafi

5.1 - Convênios e Instrumentos Congêneres

Compreende a execução dos valores de convênios e outros instrumentos congêneres para saída de recursos firmado com outras entidades com a finalidade atingir objetivos comuns. Abaixo é apresentado o “estoque de prestação de contas” do MTE:

Estoque de Prestação de Contas de Convênios e Congêneres

<i>Estoque de Prestação de Contas</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AV%</i>	<i>AH%</i>
Anterior a 2002	2	2	0,00%	0,00%
Entre 2003 e 2006	46.471.461	49.584.591	3,08%	-6,28%
Entre 2007 e 2010	399.954.018	417.462.224	26,47%	-4,19%
Entre 2011 e 2014	510.239.284	531.141.081	33,77%	-3,94%
Entre 2015 e 2019	261.470.766	261.470.766	17,31%	0,00%
Entre 2020 e 2024	191.993.806	152.529.572	12,71%	25,87%
A Vencer	100.741.389	105.738.258	6,67%	-4,73%
Total	1.510.870.726	1.517.926.494	100,00%	-0,46%

Fonte: Siafi

5.2 Contratos em Execução

Compreende o registro da execução dos valores de obrigações contratuais, quando a administração pública participa como contratante.

O quadro a seguir apresenta os Contratos de Serviços em Execução do Ministério do Trabalho e Emprego.

<i>Contratos de serviços em Execução</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA - DA	913.641.533	67.772.375	1248%	44,57%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	909.174.848	1.002.804.546	-9%	44,35%
BANCO DO BRASIL SA	47.562.231	53.554.345	-11%	2,32%
TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S/A	29.216.704	28.230.791	3%	1,43%
ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	26.913.848	-	100%	1,31%
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	19.586.084	5.991.182	227%	0,96%
LINUXELL INFORMATICA E SERVICOS LTDA	15.377.280	17.905.726	-14%	0,75%
G&E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	10.310.053	14.492.919	-29%	0,50%
SOLLO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	9.983.658	-	100%	0,49%

DF TURISMO E EVENTOS LTDA	8.077.824	12.631.449	-36%	0,39%
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	7.170.300	13.854.257	-48%	0,35%
SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LT	5.161.198	5.448.000	-5%	0,25%
NATIVA 365 PROMOCOES E EVENTOS LTDA	4.114.679	-	100%	0,20%
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS FIPE	3.953.929	-	100%	0,19%
BARCELO EVENTOS LTDA	3.809.292	3.947.145	-3%	0,19%
SOLUCAO SERVICOS COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA	3.710.710	10.558.844	-65%	0,18%
SOS TECNOLOGIA E GESTAO DA INFORMACAO LTDA	3.126.491	3.385.848	-8%	0,15%
IVORY IT SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	2.987.876	3.033.694	-2%	0,15%
G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA	2.280.309	-	100%	0,11%
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIACAO E SELECAO	2.267.448	-	100%	0,11%
ALGAR TI CONSULTORIA S/A	2.057.579	2.057.579	0%	0,10%
TRDT BRASIL TECNOLOGIA LTDA	1.933.847	4.767.840	-59%	0,09%
EUROSEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	1.896.059	5.367.525	-65%	0,09%
RR GUILHERME AUTOMOVEIS LTDA	1.811.862	-	100%	0,09%
PRODUTIVA SERVICOS OBRAS MANUTENCAO E LOCACAO DE MAO DE	1.503.761	-	100%	0,07%
GREEN4T SOLUCOES TI SA	1.476.657	1.579.594	-7%	0,07%
LAQUARELY GRAFICA E EDITORA LTDA	1.330.993	-	100%	0,06%
NARA VEICULOS LTDA	1.312.769	1.327.079	-1%	0,06%
CONSTRUMATOS SERVICOS LTDA	1.044.595	2.798.550	-63%	0,05%
BS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL	1.023.374	1.416.210	-28%	0,05%
DIVERSOS	6.102.729	5.058.737	21%	0,30%
Total	2.049.920.518	1.267.984.234	61,67%	100%

Fonte: Siafi

No quadro a seguir, apresentam-se os Contratos de **Bens** em Execução do Ministério do Trabalho e Emprego.

<i>Contratos de Fornecedores de Bens em Execução</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	3.571.320	10.411.474	34%	80%
DENTECK LTDA	571.050	571.050	100%	13%
NARA VEICULOS LTDA	230.518	294.168	78%	5%
FORNECE COMERCIO & SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA	-	109.400	0%	0%
SARKAR TACTICAL BRASIL LTDA	48.000	48.000	100%	1%
RR GUILHERME AUTOMOVEIS LTDA	7.999	4.245	188%	0%
MULTILASER INDUSTRIAL S.A.	12.971	12.971	100%	0%
ROTA 406 COMBUSTIVEIS LTDA	5.587	19.649	28%	0%
DIVERSOS	-	328.500	0%	0%
Total	4.447.445	11.799.457	-62%	100%

Fonte: Siafi

A seguir são apresentados os Contratos de Aluguel em Execução do Ministério do Trabalho e Emprego.

<i>Contratos de Aluguel em Execução</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
AR EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA	4.478.047	1.362.807	229%	100%

Outro	57.490	-	100%	1%
Total	4.535.537	1.362.807	229%	100%

Fonte: Siafi

5.3 - Diversos Responsáveis

Esse grupo de contas registra as responsabilidades apuradas decorrentes de atos praticados por gestores, servidores ou terceiros que possam resultar em prejuízos para a fazenda nacional. Representa os valores cujo processo de tomada de contas especial foi encerrado, porém não apreciados e julgados pelo TCU.

<i>Diversos Responsáveis</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Falta ou Irregularidade de Comprovação	396.718.359	468.211.038	-15%	100%
Pagamentos Indevidos	1.564.074	1.564.074	0%	0%
Desfalques ou Desvios	-	-	0%	0%
Responsáveis Por Danos Ou Perdas	60.118	60.118	0%	0%
Outros	-	-	0%	0%
Total	398.342.551	469.835.230	-15%	100%

Fonte: Siafi

6.4 – Passivos Contingentes

Segundo o MCASP (Manual de contabilidade aplicada ao Setor Público) no item 17.1. Define que:

Passivo Contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuj
existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou

b. Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

i. É improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou

ii. Não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Foi criada pela Portaria DAL nº 16 de 26 de abril de 2019 a força tarefa que tinha como responsabilidade o acompanhamento de contrato firmado entre a DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência, que presta serviços especializados de solução de tecnologia de informação e Comunicação (TIC), relativos a sistemas informatizados para operacionalização de ações de Amparo ao Trabalhador (FAT) que dizem respeito ao programa de Seguro desemprego, abono salarial, sistemas de identificação Profissional (SIP), programas de educação profissional e tecnológica, programas de geração de emprego e renda e gestão do próprio fundo.

Em 2020 foi emitida pela força tarefa a Nota Técnica nº 49497/2020/ME com a finalidade de apresentar valores controversos (aqueles sobre os quais resta discordância) através da análise da cobrança de títulos em abertos e encargos com a empresa DATAPREV. A época foi evidenciada a existência da obrigação, porém, com a cisão ocorrida no início de 2021 com o ministério da economia, não foi possível a mensuração dos valores até o encerramento do atual exercício, impossibilitando o registro do passivo contingente nas contas de controle no MTP/MTE.

De acordo com o item 17.6.2 do MCASP, visto que é uma obrigação presente, com provável probabilidade de saída de recursos, comprovado o passivo, e que existe a possibilidade de estimativa de valor atualizado, classificou-se o mesmo como passivo contingente na forma de evidenciação na presente nota explicativa.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado no 3º trimestre de 2024 foi **deficitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

<i>Resultado Patrimonial do Período</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>	<i>AH%</i>
Varição Patrimonial Aumentativa	84.004.561.294	162.603.599.810	-48%
Varição Patrimonial Diminutiva	-84.019.409.046	-162.514.393.952	-48%
Total	-14.847.752	89.205.859	-117%

Fonte: Siafi

6.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MTE e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

6.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MTE, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

6.3 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

<i>Desempenho Financeiro</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	66.827.138	123.784	53887%	239635,80%
Juros e Encargos de Mora	66.309.468	17.026	389360%	99,23%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	517.671	106.758	385%	1856,32%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	27.887	8.647	222%	100,00%
Juros e Encargos de Mora	-	8.647	-100%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais	27.887	-		
Total	66.799.251	115.137	57917%	239735,80%

Fonte: Siafi

6.4 Desempenho Não Financeiro

Na tabela a seguir, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

<i>Desempenho Não Financeiro</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Aumentativa				
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	67.509.503	39.252.421	72%	8%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e	-	-	0%	0%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	514.411.054	347.679.121	48%	60%
	581.920.557	386.931.543	50%	67%
Diminutiva				
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	336.671.560	14.010.274	2303%	39%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	455.673.235	834.249.816	-45%	53%
Transferências e Delegações Líquidas	-1.152.839.367	-2.488.686.942	-54%	-133%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	26.520.812	11.042.951	140%	3%
Tributárias	87.388	86.133	1%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	51.956.753	55.842	92942%	6%
	-281.929.619	-1.629.241.927	-83%	-33%
Total	863.850.176	2.016.173.469	-57%	35%

Fonte: Siafi

6.5 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada

Visando qualificar as informações constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP foi evidenciado, no demonstrativo a seguir, a exclusão dos valores oriundos de transações realizadas intragrupo. Esses valores, por representarem transações financeiras ocorridas entre unidades gestoras do próprio MTE, não alteram o Patrimônio Líquido do fundo.

<i>Variação Patrimonial</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>
Aumentativa		
Contribuições	51.896.841	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	66.827.138	123.784
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	67.509.503	39.252.421
Transferências e Delegações Líquidas	1.152.839.367	2.488.686.942
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	514.411.054	347.679.121
	1.853.483.904	2.875.742.269
Diminutiva		
Pessoal e Encargos	997.394.021	1.927.082.748
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	336.671.560	14.010.274
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	455.673.235	834.249.816
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	27.887	8.647
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	26.520.812	11.042.951

Tributárias	87.388	86.133
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	51.956.753	55.842
	1.868.331.656	2.786.536.410
Total	-14.847.752	89.205.859

Fonte: Siafi

As exclusões efetuadas na DVP referem-se aos saldos originalmente registrados nos grupos “Transferências e Delegações Recebidas” e “Transferências e Delegações Concedidas”.

Os valores das Transferências e Delegações estão relacionados majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre Unidades Gestoras do MTE. Essa rubrica está segregada da seguinte forma:

<i>Transferências e Delegações</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Transferências e Delegações Recebidas				
Sub-Repasse Recebido	1.892.950.858	2.371.574.064	-20%	2%
Cota Recebida	73.164.662.138	125.390.896.799	-42%	88%
Demais Transf. e Delegações Recebidas	7.647.210.570	326.981.098	2239%	9%
Transferências Recebidas para Pgto. de RP	579.368.269	34.081.411.758	-98%	1%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	19.724.923	45.680.764	-57%	0%
Subtotal	83.303.916.757	162.216.544.483	-49%	100%
Transferências e Delegações Concedidas				
Sub-Repasse Concedido	1.892.950.858	2.371.789.064	-20%	2%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	563.045.865	315.606.392	78%	1%
Transferências Concedidas para Pgto. de RP	501.444.721	33.969.026.473	-99%	1%
Repasse Concedido	71.819.218.764	123.065.583.632	-42%	87%
Demais Transf. e Delegações Concedidas	7.318.585.099	23.132.076	31538%	9%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	55.832.083	-17.280.095	-423%	0%
Subtotal	82.151.077.390	159.727.857.542	-49%	100%
Total	1.152.839.367	2.488.686.942	-54%	100%

Fonte: Siafi

A) Transferências e Delegações Recebidas

- I. Cota Recebida: Registra o valor dos recursos recebidos pela administração direta decorrentes da programação financeira correspondente ao orçamento anual.
- II. Sub-repasse Recebido: Registra o valor dos sub-repasses recebidos no exercício, decorrentes de transferências entre Unidades Gestoras do mesmo órgão, correspondente ao orçamento anual.
- III. Transferências Recebidas para Pagamento de RP: Registra os valores recebidos para o pagamento de Restos a Pagar.

B) Transferências e Delegações Concedidas

- I. Repasse Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor dos recursos concedidos a título de transferências financeiras entre órgãos diferentes da administração direta ou indireta, correspondentes ao orçamento anual.
- II. Movimentações de Saldos Patrimoniais: Registra os bens e valores concedidos decorrentes de transferências para outra UG.
- III. Sub-repasse Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor total dos sub-repasses concedidos por transferências financeiras entre UG de um mesmo órgão.
- IV. Transferências Concedidas para Pagamento de RP: Registra os valores das ordens de transferências concedidas para o pagamento de RP.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

7.1 Conciliação: Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em atenção ao padrão de apresentação de informações do Balanço Orçamentário - BO constante no item 2.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresenta-se a seguir a conciliação do BO com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>
DFC Atividades Operacionais - Ingressos	Remuneração das Disponibilidades	517.519	108.822
	Transferências Recebidas	-	-
	Subtotal	517.519	108.822
Balanço Orçamento - Receitas Correntes	Receita Patrimonial	517.519	108.822
	Transferências Correntes	-	-
	Subtotal	517.519	108.822
Diferença		-	-
<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>
DFC Atividades Operacionais - Desembolsos	Trabalho	1.294.868.358	1.694.977.151
	Demais Despesas	324.466.081	709.092.470
	Transferências Concedidas	184.951.372	298.801.054
	Subtotal	1.804.285.810	2.702.870.675
DFC Atividades Investimento - Desembolsos	Aquisição de Ativo Não Circulante	14.135.040	8.396.919
	Outros Desembolsos de Investimentos	3.840.854	1.350.702
		17.975.894	9.747.621
Balanço Orçamento - Despesas Correntes	Despesas Correntes	1.795.623.862	2.702.778.675
	Subtotal	1.795.623.862	2.702.778.675
Balanço Orçamento - Despesas Capital			
	Outras Despesas Correntes	26.637.842	9.839.621
	Subtotal	26.637.842	9.839.621
Diferença		-	-

Fonte: Siafi

7.2 Restos a Pagar

O quadro da execução dos Restos a Pagar compõe o Balanço Orçamentário, conforme descrição a seguir:

<i>Restos a Pagar</i>	<i>Inscritos e Reinscritos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Pagos</i>	<i>A Pagar</i>
Não Processados	549.863.474	36.988.249	69.239.058	443.636.167
Processados	114.420.224	9.162	114.078.639	332.423
Total	664.283.698	36.997.411	183.317.697	443.968.591

Fonte: Siafi

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Não Processados detalhados por Ação de Governo:

<i>Restos a Pagar Não Processados</i>	<i>Reinscritos</i>	<i>Inscritos</i>	<i>Liquidados</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Outras Despesas Correntes e de Capital						
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	36.176.468	29.565.048	19.683.234	19.432.856	4.301.810	33.233.091
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	519.101	430.764	241.830	241.830	708.035	-
RECONHECIMENTO DE DIREITOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	97.399	299.439	34.783	34.548	-	362.290
CLASSIFICACAO BRASILEIRA DE OCUPACOES - CBO	-	797.435	-	-	497.399	300.035
CADASTROS PUBLICOS E SISTEMAS DE INTEGRACAO DAS ACOES DE TRA	21.664.298	44.760.022	43.189.991	18.514.596	199	47.742.781
FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	-	1.000.704	627.969	627.969	65.248	307.486
FOMENTO PARA A ORGANIZACAO E O DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIM	860.000	-	-	-	-	860.000
REMUNERACAO A AGENTES FINANCEIROS	7.036.797	2.379.894	918.512	918.512	-	8.498.179
PAGAMENTO DE AUXILIO AOS TRANSPORTADORES AUTONOMOS DE CARGAS	102.027.301	-	-	-	-	102.027.301
PAGAMENTO DE AUXILIO AOS MOTORISTAS DE TAXI (EMENDA CONSTITU	96.899.637	-	-	-	-	96.899.637
AUXILIO EXTRAORDINARIO DESTINADO A PESCADORES E PESCADORAS P	-	28.346.640	-	-	28.346.640	-
AUXILIO FINANCEIRO A ENTIDADES QUE ATUAM NAS AREAS DE EMPREG	-	400.000	400.000	400.000	-	-
GESTAO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE	-	84.686	4.249	4.249	-	80.436
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1.192.919	2.236.132	1.091.500	1.091.500	2.337.551	-
FISCALIZACAO DE OBRIGACOES TRABALHISTAS E INSPECAO EM SEGURA	220	10.361.796	9.975.343	9.937.318	307.484	53.025
ESTUDOS, PESQUISAS E GERACAO DE INFORMACOES SOBRE TRABALHO,	-	15.011.824	1.061.224	1.061.224	-	13.950.600
QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES	-	440.340	10.928	10.928	-	429.412
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	223.419	143.713	22.744	22.744	344.388	-
DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E FOMENTO DOS REGIMES DE P	-	350.848	2.876	2.876	-	326.913
FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIA, ASSOCIATIVIS	592.900	36.541.249	16.354.823	16.354.823	75.839	20.703.488
GESTAO DAS POLITICAS DE TRABALHO	410.540	2.002.166	576.805	576.532	3.655	1.832.519
BENEFICIO EMERGENCIAL DE MANUTENCAO DO EMPREGO E DA RENDA -	115.852.122	-	-	-	-	115.852.122
FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA	-	102.767	-	-	-	102.767

GESTAO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT	-	16.449	6.553	6.553	-	9.896
TOTAL	383.553.122	175.271.917	94.203.365	69.239.058	36.988.249	443.571.979

Fonte: Siafi

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Processados detalhados por Ação de Governo:

<i>Restos a Pagar Processados</i>	<i>Reinscritos</i>	<i>Inscritos</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Outras Despesas Correntes					
Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança	-	7.867	682	7.172	14
ESTUDOS, PESQUISAS E GERACAO DE INFORMACOES SOBRE TRABALHO,	-	612.245	612.245	-	-
FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIA, ASSOCIATIVIS	-	250.000	250.000	-	-
FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	-	16.489	15.128	1.361	-
Ativos Cíveis da União	97.682	102.506.143	102.276.300	629	326.896
INDENIZACAO A SERVIDORES EM EXERCICIO EM LOCALIDADES DE FRON	-	132.360	132.360	-	-
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	-	374.285	374.285	-	-
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	-	260.078	259.072	-	1.006
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	-	525.649	525.649	-	-
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	-	3.958.166	3.958.166	-	-
GESTAO DAS POLITICAS DE PREVIDENCIA E TRABALHO	-	4.761	254	-	4.508
TOTAL	97.682	114.322.542	114.078.639	9.162	332.423

Fonte: Siafi

7.3 Execução Orçamentária

Ação	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
0A26 - Concessão de Auxílio-Financeiro	3.377.006	0	0	0
00N2 - Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400	0	0	0	0
00OM - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)	1.992.900	1.535.000	1.299.014	1.181.806
00S6 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	260.000	0	0	0
00WI - Apoio Financeiro a Trabalhadores e Pescadores Artesanais Residentes em Áreas em Situação de Calamidade Pública no Rio Grande do Sul	1.220.367.701	335.759.584	330.959.800	330.868.887
0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira	1.961.606	0	0	0
2A95 - Qualificação Social e Profissional – Projovem Trabalhador	8.741.663	6.772.930	3.793.239	3.793.239
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	174.181.223	146.355.993	132.783.027	119.708.182
20TP - Ativos Civis da União	1.079.023.343	904.573.682	811.836.557	733.934.319
20YU - Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho	30.679.984	28.143.219	20.622.984	16.222.302
20YV - Democratização das Relações de Trabalho	797.826	541.285	291.839	291.649
21AX - Gestão das Políticas de Trabalho	38.916.075	22.773.630	17.910.951	17.827.858
21AZ - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial	131.840.456	84.540.099	80.719.373	5.717.530
21BW - Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União	100.670.415	61.096.548	53.852.099	48.433.111
21BX - Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Ativos da União	101.516.250	62.072.000	56.328.750	50.756.605
162G - Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil	6.257.552	5.397.670	357.107	357.107
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	2.763.768.646	2.221.121.073	2.219.902.200	2.008.715.194
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	64.138.666	63.675.392	52.230.417	46.633.346
215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	47.278.171	39.058.399	22.220.126	22.212.260
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	1.739.703	1.347.185	1.285.665	1.168.377
0643 - Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001)	79.061.339	52.423.171	46.321.069	46.321.069
2000 - Administração da Unidade	106.181.058	91.798.001	54.136.204	47.808.186
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	32.216.107	28.198.628	22.501.868	20.037.883
4815 - Funcionamento das Unidades Descentralizadas	95.781.482	81.881.244	71.558.052	69.834.678
Total	6.090.749.172	4.239.064.734	4.000.910.342	3.591.823.587

Fonte: Siop, valores em R\$.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

8 - Geração Líquida de Caixa

As informações dos fluxos de caixa permitem avaliar como o MTE obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro.

<i>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Atividades Operacionais	11.219.506	692.508.034	-98%	-170%
Atividades de Investimento	-17.809.656	-9.747.621	83%	270%
Total	-6.590.151	682.760.414	-101%	100%

Fonte: Siafi

8.1. Atividades Operacionais

A variação observada no grupo de Atividade Operacionais decorre dos valores das Transferências e Delegações relacionadas majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre UG's do MTE, para maiores detalhes vide Nota 6.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais – Ajustada e do pagamento de Sentenças Judiciais.

8.2 Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa

Em atenção a regulamentação da divulgação de informações da Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC, constante no item 6.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresentamos a seguir a conciliação do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial.

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>
Fluxos de Caixa	Saldo Inicial	155.528.756	165.007.161
	Atividades Operacionais	11.219.506	1.002.284
	Atividades de Investimento	-17.809.656	-10.480.689
	Atividades de Financiamento	-	-
	Subtotal	148.938.606	155.528.756
<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Caixa	148.045.479	154.700.668
	Bancos	893.126	828.088
	Subtotal	148.938.606	155.528.756

Fonte: Siafi

BALANÇO FINANCEIRO

9 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia a movimentação financeira do MTE e possibilita a apuração do Resultado Financeiro do Exercício. Este resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho) e é apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior.

<i>Resultado Financeiro</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>30/09/2023</i>	<i>AH%</i>
Receita Orçamentária	614.313.261	1.047.760	58531%
Despesa Orçamentária	-2.097.872.750	-2.851.202.293	-26%
Resultado Orçamentário	-1.483.559.489	-2.850.154.533	-48%
Transferências Financeiras Recebidas	83.284.191.834	162.170.863.720	-49%
Transferências Financeiras Concedidas	-82.095.245.307	-159.745.137.637	-49%
Transferências Financeiras Líquidas	1.188.946.527	2.425.726.083	-51%
Recebimentos Extraorçamentários	479.370.181	1.673.353.324	-71%
Pagamentos Extraorçamentários	-191.347.369	-566.164.460	-66%
Resultado Extraorçamentários	288.022.812	1.107.188.864	-74%
Resultado Financeiro do Exercício	-6.590.151	682.760.414	-101%
Geração Líquida de Caixa	-6.590.151	682.760.414	-101%

Fonte: Siafi

9.1 Receitas e Despesas Orçamentárias

A variação nas despesas orçamentárias decorre do pagamento de despesas com a Previdência Social e Trabalho.

9.2 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas

A variação observada nesse grupo decorre dos valores das Transferências e Delegações relacionadas majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre Unidades Gestoras do MTE e Órgão, para maiores detalhes vide Nota 8.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais – Ajustada.

9.3 Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários

A variação observada nesse grupo decorre do aumento da inscrição de restos a pagar e dos pagamentos referentes a restos a pagar.